

CARACTERIZAÇÃO DOS PRIMEIROS PROFISSIONAIS FORMADOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ (1943-1956)

*CHARACTERIZATION OF THE FIRST PROFESSIONALS GRADUATED
FROM THE ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO
PARANÁ (1943-1956)* 

*CARACTERIZACIÓN DE LOS PRIMEROS PROFESIONALES
FORMADOS EN LA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
DO PARANÁ (1943-1956)* 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.138224>

 **Lucas Peixoto*** <lucaspeixoto93@gmail.com>

 **André Mendes Capraro*** <andrecapraro@gmail.com>

 **Bruna Gomes Amaral*** <brubsamaral2017@gmail.com>

 **Cindy Kathellen de Souza Barbosa*** <cindykathellen@hotmail.com>

*Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR, Brasil.

Resumo: A Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (EEFDP) foi pioneira na formação superior de profissionais de educação física no Brasil. Sua criação aconteceu num período em que o Estado via na educação um importante instrumento de um projeto sociopolítico. O objetivo deste estudo, portanto, é analisar aspectos que contribuem para caracterizar o público estudantil da EEFDP como: o número de ingressantes e concluintes a cada ano; estados e cidades de moradia dos estudantes; média de idade e ocupação profissional dos estudantes; distribuição dos estudantes conforme o sexo e tom da pele. Essas informações foram extraídas dos documentos analisados, e o recorte temporal foi definido pelo primeiro ano letivo da EEFDP (1943) até sua estadualização (1956). A metodologia adotada foi a análise documental e estatística descritiva. Concluiu-se que a maioria dos estudantes era jovem, mulher, de cor branca e dotada de um capital cultural que possibilitava acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Formação de professores. Escola de Educação de Educação Física e Desportos do Paraná. Educação Física. Ensino Superior.

Recebido em: 26 jan. 2024
Aprovado em: 28 ago. 2024
Publicado em: 28 out. 2024



Este é um artigo publicado
sob a licença *Creative
Commons* Atribuição 4.0
Internacional (CC BY 4.0).

1 INTRODUÇÃO

Em meio a um contexto em que o Estado brasileiro empreendia iniciativas de institucionalização e organização normativa do esporte e da educação física no país, em consonância com o aumento do controle e burocratização estatal sobre os diferentes setores da sociedade, elementos característicos do Estado Novo (Carvalho, 2013), a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (EEFDP) iniciou suas atividades. O governo federal vislumbrava no esporte, um importante instrumento para difusão do nacionalismo e da imagem de um Estado forte, pautado por ideais eugenistas e higienistas (Carvalho, 2013) alinhados com a intenção de constituir uma sociedade mais moderna e adaptada à vida urbana (Bonemy, 1999). A EEFDP foi, portanto, uma das primeiras instituições do país a oferecer cursos de formação de professores de educação física, e sua criação estava fortemente imbricada com as intencionalidades dos agentes políticos que dirigiam o país à época.

Nesse sentido, a formação de professores de educação física se justificava, também, pelos discursos que entendiam a referida disciplina escolar como parte fundamental do processo de educação e modelação do caráter desta nova sociedade emergente, que deveria ser composta por cidadãos fortes, saudáveis, e disciplinados (Bonemy, 1999; Silva; Capraro, 2011). A criação de cursos superiores de educação física fez-se então necessária para, além de atender a demanda de profissionais especializados, consolidar um modelo sociopolítico.

As primeiras iniciativas brasileiras nesse sentido aconteceram em instituições militares, como o Centro Militar de Educação Física no Rio de Janeiro em 1922 que posteriormente originou a Escola de Educação Física do Exército, em 1933, e eram voltadas à formação de instrutores e médicos civis e militares para atuarem tanto dentro como fora do exército (Melo, 1996).

Após a criação do Departamento de Educação Física pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1937, e da promulgação do Decreto nº 1.212 de 1939, pelo Governo Federal, que criou a Escola Nacional de Educação Física (precursora do curso da Universidade Federal do Rio de Janeiro), outras escolas começaram a surgir no Brasil, como a EEFDP e a Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul (ESEF), em 1940 (Lyra, 2013). Antes delas, havia apenas a Escola de Educação Física de São Paulo, criada em 1934, e a Escola de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, que funcionava desde 1931, com o curso de Educação Física Infantil, mas que obteve autorização de funcionamento apenas em 1961 (Figueiredo, 2016).

A EEFDP começou a ser esboçada em 1939, mas só foi autorizada a funcionar em 1942, pelo Decreto nº 9.890 de sete de julho (Brasil, 1942) e seu primeiro ano letivo aconteceu, de fato, em 1943 (Albizú, 1944). De acordo com Silva e Capraro (2011), a organização didática e demais diretrizes seguiam o exposto na normativa nacional de 1939, tendo a Escola Nacional de Educação Física como modelo. A

criação da EEFDPartiu da iniciativa de Francisco Matheus Albizú¹, agente influente no esporte paranaense, à época, Inspetor de Educação Física do estado, e passou a funcionar inicialmente, como instituição particular vinculada ao Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná (Albizú, 1944). Em 1956, ocorreu a sua estadualização, quando deixou de ser uma instituição privada para ser administrada pelo governo do estado (Paraná, 1956).

A presente pesquisa objetiva, portanto, analisar aspectos que contribuem para a caracterização do público estudantil formado pela EEFDPartiu entre os anos de 1943 e 1956. O recorte temporal foi definido a partir do primeiro ano letivo (1943) até o ano de estadualização da EEFDPartiu (1956). Acredita-se ser importante conhecer as características do público ingressante na EEFDPartiu que contribuiu para a composição de um campo profissional ainda incipiente. Alguns, inclusive, se tornaram professores na própria EEFDPartiu, outros, exerceram papéis de grande importância no meio do esporte e da educação física paranaense, o que reforça ainda mais a relevância da temática.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado foi a análise de fontes documentais primárias (Gerhardt; Silveira, 2009), a saber: (a) fichas de entrada dos estudantes da EEFDPartiu; (b) relatórios da Diretoria da Escola enviados ao Ministério da Educação e Saúde; e (c) livros de registro dos formandos anuais. Bacellar (2008) classifica essas fontes como “Matrículas e frequências de alunos”, arquivadas em instituições do poder executivo.

Foram seguidas então as etapas de levantamento, coleta, análise e interpretação propostas por Bauer *et al.* (2021). Entre 2021 e 2023, os autores levantaram 348 fichas de entrada de alunos do período de 1943 a 1956 no arquivo do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF)², enquanto realizavam a higienização e organização dos documentos. As fichas foram analisadas e catalogadas manualmente, pois não estavam digitalizadas.

Os dados foram organizados nas categorias: (a) número de alunos ingressantes e formados anualmente; (b) país, estado e cidade de origem; (c) sexo; (d) tom de pele; (e) profissão; e (f) idade. As informações sobre o tom de pele foram mantidas conforme descritas nos documentos originais, respeitando a classificação da EEFDPartiu. O critério de inclusão utilizado para a definição dos dados a serem analisados foi o fato de eles estarem registrados nas fichas de entrada dos estudantes em todos os anos do recorte temporal. Ou seja, a EEFDPartiu registrou tais dados durante todo o período citado, sem interrupção, mesmo que em algumas fichas um ou outro dado possa não ter sido preenchido por quem realizou o registro na época, o que representou a

1 Além de Inspetor Geral de Educação Física do Paraná, Albizú foi professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do estado, do Ginásio Paranaense, e na própria EEFDPartiu. Atuou também em cargos de liderança de diferentes entidades esportivas, como o Coritiba Football Club, a Associação Paranaense de Tennis e Golfe, entre outras.

2 O CEMEDEF tem como principal meta a salvaguarda dos documentos oriundos da EEFDPartiu. Trata-se de um acervo do qual o trabalho de organização e sistematização visa possibilitar a exploração de seu potencial, enquanto fontes documentais, para futuras pesquisas.

minoria de todo o conjunto documental, não comprometendo a análise. Para estes casos específicos, a informação faltante foi classificada como “não consta”.

A análise dos dados incluiu categorização, codificação e tabulação em planilhas eletrônicas, seguida por análise estatística descritiva, conforme Gerhardt e Silveira (2009) e outros estudos como Andrade *et al.* (2018) e Galatti *et al.* (2021). Foram realizados testes estatísticos simples como o número de casos, porcentagem e média. Além disso, os relatórios da Diretoria da EEFDP foram analisados para cruzar informações sobre o contexto e a organização da instituição (Bacellar, 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo e as discussões estão divididos nas seguintes seções: “número de ingressantes e concluintes a cada ano”; “estados e cidades de moradia dos estudantes”; “média de idade e ocupação profissional dos estudantes”; “distribuição dos estudantes conforme o sexo” e “tom da pele”.

3.1 NÚMERO DE INGRESSANTES E CONCLUINTES A CADA ANO

Notou-se que no período analisado o número de matrículas sofreu várias oscilações, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - número de estudantes matriculados por ano

Ano de entrada	Número de ingressantes
1943	36
1944	29
1945	24
1946	18
1947	13
1948	21
1949	22
1950	37
1951	27
1952	26
1953	42
1954	10
1955	17
1956	26
Total	348

Fonte: os autores, 2023.

No levantamento não foi possível identificar o ano de formatura de 34 estudantes, cerca de 9% do total de matriculados. Uma hipótese plausível para justificar este número é a de que estes estudantes de fato não concluíram o curso, pois seus nomes não constam nos registros dos formados de cada ano, tampouco foi localizado o diploma ou documentação que comprove a conclusão da formação.

Tabela 2 - número de possíveis não concluintes por ano

Ano de entrada	Número de não concluídos
1943	2
1944	2
1945	7
1946	1
1947	1
1950	11
1952	10
1956	1
Total	34

Fonte: os autores, 2023.

Observa-se que o número total de vagas não foi preenchido totalmente dentro do período analisado. O número de inscritos no vestibular, assim como o número de matriculados a cada ano, era sempre menor do que o número total de vagas previstas. De acordo com os registros dos Relatórios da Diretoria da EEFD, o número de vagas disponíveis em cada ano era de 40 para cada curso, Normal e Superior. Vale destacar que o primeiro era destinado a quem já possuía diploma de normalista, com duração total de um ano e o segundo era destinado para qualquer candidato que possuísse formação em curso ginasial e tinha duração de dois anos.

Esta não ocupação total das vagas pode ser justificada pela incipiência da profissão e de sua regulamentação: mesmo já presente em algumas escolas desde o século XIX, a educação física tornou-se disciplina obrigatória somente a partir da Constituição de 1937 e a exigência do diploma de licenciado para poder ministrá-la se deu somente em 1939, por meio do Decreto Lei nº. 1.212 (Brasil, 1937; Brasil, 1939; Metzner; Drigo, 2021).

Consequentemente, nota-se que o número de profissionais de Educação Física que estavam sendo formados para o mercado ainda era restrito com relação à demanda, tendo em vista as determinações da Legislação federal de 1939 (Brasil, 1939). A título de exemplo, conforme relatório do Interventor Federal Manoel Ribas, somente no estado do Paraná, na década de 1940, havia registro de 1.996 escolas de ensino primário que, por exigência da Lei, deveriam contar com professores de educação física devidamente licenciados, com formação específica (Paraná, 1942). Além de escolas, a Lei 1.212 de 1939 também abrangia outras entidades esportivas, quanto à exigência de contar com profissionais de educação física:

Art. 37. A partir de 1 de janeiro de 1941, as instituições não incluídas entre os estabelecimentos de ensino mencionados nos arts. 35 e 36 desta lei, mas destinados a ministrar a educação física a crianças, a jovens ou a adultos, não poderão funcionar, em todo o país, sem que os respectivos professores sejam portadores do diploma de licenciado em educação física ou do diploma de normalista especializado em educação física. (Brasil, 1939, p.5).

Portanto, com a demanda crescente por professores de educação física, os profissionais formados pela EEFD teriam possibilidades de serem absorvidos pelo

mercado, algo também identificado por Lyra (2013), no caso da ESEF. O contexto de emergência de obrigações legais impostas pelo Estado exigia, então, uma remodelação na formação de professores de educação física (Lyra, 2013), que se deu por meio das escolas superiores que começaram a surgir a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940.

Ao reduzir a escala de análise para uma microescala de nível local (Ginzburg, 1989) pode-se verificar uma tendência, no caso do Colégio Estadual do Paraná (CEP) em Curitiba, de contratar professores recém-formados nas primeiras turmas da EEFD (Chaves Junior, 2004). Este fato confirma a demanda por professores, em partes gerada por determinações legais de nível nacional, ou seja, em uma macroescala (Ginzburg, 1989), e também revelava a valorização crescente que a disciplina de educação física estava alcançando dentro do CEP (Chaves Junior, 2004).

De acordo com o Regimento da EEFD, conforme o Relatório da Diretoria de 1944, os critérios para ingresso incluíam um exame vestibular com prova escrita, oral e teste de aptidão física, além de um exame médico e a comprovação da conclusão do curso ginásial ou normal. Todos os candidatos aprovados no vestibular alcançaram notas suficientes para admissão (Albizú, 1944), o que desafia a hipótese de que o teste físico fosse um fator excludente. A taxa para o vestibular era de cem cruzados, e para os aprovados, havia dez mensalidades de 100 cruzados cada e uma taxa de matrícula de 150 cruzados (Albizú, 1944).

A análise dos periódicos da época, por meio da Hemeroteca Digital³, mostra que essas taxas não eram elevadas em relação ao custo de vida. O Relatório de Reconhecimento de 1944 revela que a EEFD contava com nove bolsistas integrais e quatro parciais, o que sugere que as taxas significavam mais uma ajuda de custo do que uma fonte de receita principal. A escola também recebia uma subvenção anual de 36 mil cruzados do governo estadual (Albizú, 1944).

Novamente ampliando a escala de análise (Ginzburg, 1989), ao comparar com as taxas cobradas pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, a saber: taxa do exame vestibular, no valor de 40.000 réis que, convertidos, equivaleriam a 40 cruzados; taxa de matrícula no valor de 150.000 réis, equivalentes a 50 cruzados e a mensalidade no valor de 125.000 réis, equivalente a 120 cruzados, observa-se que os valores cobrados pela EEFD não eram tão discrepantes daqueles praticados no âmbito nacional. Logicamente, deve-se levar em conta o vertiginoso aumento da inflação na década de 1940, ocasionado, principalmente, pela Segunda Guerra Mundial (Munhoz, 1997).

Nota-se, contudo, que apesar das possíveis dificuldades e desafios que pudessem ser impostos ao acesso e permanência no curso, a maioria dos estudantes que ingressou na EEFD concluiu a sua formação dentro do tempo previsto e a taxa de evasão foi menor do que 10% em todo o período analisado.

3 Exemplos desses valores foram encontrados em anúncio publicado no jornal *Correio da Manhã* de 3 de janeiro de 1943, segundo o qual, o salário inicial de uma secretária em uma construtora era de 600 cruzados. Conforme outro anúncio do jornal *Correio da Manhã* do dia 5 de janeiro de 1943, o valor de uma passagem de ônibus do Rio de Janeiro a São Paulo, era de 175 cruzados. (CORREIO DA MANHÃ, 1943a; 1943b)

3.2 ESTADOS E CIDADES DE MORADIA DOS ESTUDANTES

Para a identificação dos estados e cidades de moradia dos estudantes, considerou-se as informações constantes no Histórico Escolar e no Certificado de Conclusão do Curso Ginásial, documentação exigida para ingressar na EEFD. Desse modo, supõe-se que o estudante já estava estabelecido na localidade em que finalizou a sua formação anterior.

Observou-se que 84,6% dos estudantes residia no estado do Paraná, à época da matrícula. O segundo estado com maior número de estudantes residentes era São Paulo, com aproximadamente 5%, seguido de Santa Catarina, com cerca de 3%. Os demais estados representaram menos de 1% do total de origem dos estudantes.

Quanto às cidades de residência dos estudantes, 80,6% viviam em Curitiba. Em ordem decrescente de número de estudantes, estavam: Paranaguá - PR, Ponta Grossa - PR, União da Vitória - PR, Rio de Janeiro - RJ, Irati - PR, Lapa - PR e Porto União - SC, cada uma com menos de 3% dos alunos. As demais cidades apresentaram porcentagens inferiores a 1%. Observa-se, portanto, que os cursos da EEFD atraíram predominantemente um público local, embora houvesse alguns estudantes de outros estados e cidades do país. Além disso, quatro estudantes residiam em países estrangeiros, sendo eles: Espanha, França, Itália e Polônia. Entre eles estava José Maria Munhoz da Rocha, nascido na França e filho do então Governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha.

3.3 MÉDIA DE IDADE E OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES

A média de idade dos estudantes era de 20 anos, com variação entre 18 e 22 anos, no decorrer do período, ou seja, uma variabilidade relativamente baixa ao se considerar todo o recorte temporal. Foram constatados também alguns extremos: a aluna com menor idade, Eraclea Dal'in, tinha apenas 15 anos (matriculada em 1956, era filha de Hamilton Saporski Dal'in, um dos professores da EEFD; já a aluna de maior idade, Maria de Lourdes Lamas, tinha 36 anos, matriculada em 1943. Estes dois casos demonstram como o regulamento era flexível (permitindo exceções), pois este documento determinava ser necessário ter no mínimo 16 e no máximo 30 anos completos para realizar a matrícula (Albizú, 1944).

Com relação à profissão, notou-se que a maior parte dos ingressantes na EEFD foi registrada como "estudante", ou seja, ao que tudo indica, ainda não exerciam nenhum ofício remunerado. Uma parcela destes ingressantes também era formada por professores e professoras que já possuíam diploma de normalistas. Apesar da educação física ainda estar intrinsecamente ligada às origens militares e médico-sanitaristas, observou-se que o número de estudantes médicos, militares e até de instrutores de educação física formados pelo exército, era pequeno, conforme a tabela 3:

Tabela 3 - profissões dos estudantes.

Profissão	Número de estudantes
Estudantes	292
Professores	33
Não consta	9
Militar	8
Técnico(a) em contabilidade	3
Instrutor de Educação Física	1
Médico	1
Tenista ⁴	1

Fonte: os autores, 2023.

Bomeny (1999) aponta que, na época, o ingresso em cursos superiores era reservado para filhos de famílias da elite, como parte da reforma educacional liderada por Gustavo Capanema, ministro da Educação do governo Vargas. Capanema acreditava que a formação superior prepararia futuros líderes da nação. Segundo Melo (2012), a Constituição de 1937 refletia essa política ao segmentar o ensino em dois caminhos: o ensino secundário, destinado a preparar a elite para o nível superior e, assim, recrutar futuros líderes (Bomeny, 1999), e o ensino profissionalizante, voltado para aqueles que precisavam entrar rapidamente no mercado de trabalho.

Dessa forma, o governo assegurava a manutenção da estratificação social e da baixa mobilidade social: filhos de trabalhadores recebiam formação para se tornarem empregados na indústria, enquanto as elites eram preparadas para profissões liberais e futuras lideranças, atuando em setores cruciais da economia e política (Bomeny, 1999; Melo, 2012).

O acesso ao ensino superior também pode ser considerado um privilégio se levado em conta que, no Paraná, 47,66% das pessoas na década de 1940 e 26,48% na década de 1950 não sabiam ler nem escrever (IBGE, 1940; 1950). Ainda conforme os censos de 1940 e 1950, aqueles que estavam cursando o ensino superior representavam menos de 1%, nas respectivas décadas. Ou seja, os indivíduos ingressantes na EEFDP eram dotados, além de capital econômico (Bourdieu, 1997), de capital escolar expresso na forma de uma diplomação (Bourdieu, 1997), que lhes conferia certo grau de capital cultural (Bourdieu, 1997) que, por sua vez, os credenciava, após formados, a atuar nas escolas de educação básica.

A educação formal servia, portanto, como um importante instrumento para manter as posições sociais por meio do acúmulo e preservação de capital cultural e social (Bourdieu, 1997) por determinados indivíduos, integrantes de classes mais abastadas, com maior capital econômico (Bourdieu, 1997). Lyra e Mazo (2016) identificam semelhanças com a diplomação oferecida pela ESEF:

[...] o efeito de imposição simbólica produzido pelos diplomas que consagravam as formações oferecidas pela ESEF, ou seja, seus efeitos de certificação, irradiaram-se por diversas direções atingindo o campo educacional do Rio Grande do Sul de uma forma geral, mas, sobretudo,

4 Possivelmente o próprio aluno, Luiz Carlos de Barros Cesar, indicou que era profissional da modalidade.

modificando para sempre o campo da formação de professoras(es) de Educação Física no Estado. Muitas foram as características que fizeram dos diplomas expedidos pela ESEF objetos raros, passíveis de conferir à raridade escolar que eles produziam ou decretavam, uma raridade social (Lyra; Mazo, 2016, p. 45).

3.4 DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES CONFORME O SEXO

Considerando todo o recorte temporal, constatou-se que as mulheres representaram a maioria das estudantes: 54,6%. Porém, analisando ano a ano, observou-se que a distribuição entre os sexos também sofreu variações e apresentou uma distribuição relativamente equilibrada, conforme a Tabela 4:

Tabela 4 - número de estudantes conforme o sexo em cada ano.

Ano de entrada	Feminino	Masculino
1943	30	6
1944	19	10
1945	16	8
1946	11	7
1947	7	6
1948	13	8
1949	8	14
1950	18	19
1951	10	17
1952	11	15
1953	20	22
1954	2	8
1955	9	8
1956	16	10
Total	190	158

Fonte: os autores, 2023.

Uma notável diferença pode ser observada na relação entre sexo e modalidades do curso, normal e superior. No curso normal, dos 23 estudantes matriculados, apenas um era homem, o que reflete as mudanças na profissão docente desde o século XIX.

Nascimento e Sousa (2011) destacam que, na segunda metade do século XIX, havia preocupação com a formação de professores no Paraná, vista como crucial para resolver problemas econômicos, administrativos e políticos após a Proclamação da República. Em 1876, foram fundadas a Escola Normal e o Instituto Paranaense para a formação de professores, inicialmente frequentados apenas por homens (Nascimento; Sousa, 2011). Contudo, com a industrialização e a emergência de novas demandas, o prestígio da profissão e os baixos salários causaram a diminuição do interesse masculino pelos cursos de magistério (Nascimento; Sousa, 2011).

Para atrair novos professores, foram oferecidos benefícios como vitaliciedade após cinco anos de serviço, nomeação sem concurso, e incentivo à entrada de mulheres na carreira (Nascimento; Sousa, 2011). Em 1882, o Diretor Geral da

Instrução Pública, Dr. Moysés Marcondes, recomendou a inclusão de mulheres na Escola Normal, enfatizando as diferenças de gênero. Segundo ele as mulheres:

[...] são naturalmente mais bem dotadas que os homens para as funções de Ensino primário. Esta verdade é intuitiva desde que considerarmos que para ser mãe, a mulher deve conhecer todos os recantos do coração e do espírito da criança [...] (Marcondes, 1882 *apud* Nascimento; Sousa, 2011, p. 4).

Por outro lado, as mulheres enxergavam na carreira do magistério uma oportunidade de prestígio e legitimação social para além do matrimônio, o que, junto às políticas de incentivo governamentais, também contribuiu para o aumento do público feminino nos Cursos Normais. Mesmo assim, os principais argumentos a favor da presença feminina no magistério focavam em suas características morais e comportamentais, enquanto os homens ocupavam outras funções mais bem remuneradas e valorizadas (Nascimento; Sousa, 2011) e prosseguiram nos estudos, com o objetivo de chegar aos cursos de nível superior (Costa, 1923).

Na década de 1920, conforme Ferreira e Vechia (2023), o curso de formação da Escola Normal Secundária de Curitiba passou a ser cada vez mais direcionado para o público feminino, pois ainda se reforçava a ideia de que a mulher era mais apta para o ofício de professora. Esta crença estava explícita no discurso do então Diretor da Escola Normal, Lysimaco Ferreira da Costa, que redigiu o documento “Bases Educativas para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná”, o qual continha as diretrizes organizacionais para a Escola Normal.

Além da distinção de gênero, havia também uma segmentação de classe econômica, na definição do perfil ideal das professoras a serem formadas, defendida pelos governantes paranaenses:

A educação escolar aparecia no discurso governista como concessão da elite, das pessoas bem posicionadas socialmente e era percebida como um instrumento para disciplinar moralmente a população, afastando-lhe da indolência e preparando para as atividades produtivas. A professora deveria ser de uma classe social que tivesse hábitos refinados, boa conduta, disciplina, enfim, que pudesse elevar o espírito das crianças [...] (Ferreira; Vechia, 2023, p.12).

Tal afirmação corrobora com o exposto por Bourdieu (1997), sobre um sistema que se retroalimenta: o processo de seleção escolar privilegia os estudantes de classes mais abastadas e exclui os provindos das camadas populares. Dessa forma, aqueles que contam com maior capital social, cultural e econômico (Bourdieu, 1997) são os que têm acesso aos níveis mais elevados de educação formal, o que contribui para manutenção e perpetuação destes capitais acumulados pelos membros da elite.

Havia também, por parte do Governo do estado do Paraná, a preocupação com a educação das crianças oriundas das famílias de imigrantes que colonizaram o estado na década de 1930, e também com relação à unidade nacional e à difusão do patriotismo, tendo em vista que em muitas destas colônias não se falava e nem se ensinava o português (Ferreira; Vechia, 2003).

Nesse sentido, foi exigido que as alunas formadas na Escola Normal realizassem um estágio obrigatório de cerca de um ano nas colônias de imigrantes

do interior do estado, tendo como objetivos instruir e difundir hábitos de higiene e boas maneiras, além de incutir o nacionalismo, consonantes com a educação do cidadão moderno e patriota que o país almejava formar (Ferreira; Vechia, 2003). Portanto, as professoras normalistas adquiriram certo prestígio social, se considerar que a elas era incumbida a missão de formar os cidadãos que contribuiriam para o progresso do Estado (Costa, 1923).

Aliado a isto, conforme destaca Moro e Silva (2022), a partir da década de 1920, no Paraná, surgia uma preocupação em preparar os futuros professores normalistas para o ensino da educação física nas escolas e isto pôde ser percebido nos discursos dos então Diretor da Escola Normal, Lysimaco Ferreira da Costa, e do Inspetor de Ensino, César Prieto Martinez que incentivavam a inserção de elementos da cultura física como jogos e esportes na instrução pública. Os mesmos autores identificaram, em periódicos da época, a circulação de ideias que defendiam que práticas esportivas, tratadas de forma pedagógica, deveriam adentrar às escolas e, portanto, serem conteúdos nos cursos de normalistas, sendo que a ginástica, em especial, deveria ser uma “[...] matéria voltada à formação física e moral dos futuros professores”. (Moro; Silva, 2022, pg. 81).

Moro e Silva (2022) assinalam, também, que Lysimaco Ferreira da Costa, aos poucos, começou a inserir conteúdos relativos a jogos e esportes no currículo da Escola Normal, considerando as possibilidades formativas de tais elementos que passam a ganhar notoriedade na década de 1930, e que se reforçaram ainda mais com a criação da Inspetoria de Cultura Física, em 1934, justamente no interior da Escola Normal.

Entende-se, então, que as professoras normalistas passavam a ter contato com a educação física dentro da Escola Normal, mesmo que de forma paulatina, e isso poderia justificar seu interesse por uma formação superior especializada em educação física. Supõe-se também que, mesmo os estudantes não normalistas que ingressaram na EEFD, foram aos poucos tendo contato com a educação física em suas escolas de educação básica, levando em conta a importância que a disciplina, mesmo que sob a forma de jogos e esportes (Moro, Silva, 2022), passava a ganhar na instrução pública paranaense. Tal fato poderia possivelmente justificar o interesse pela formação profissional em educação física por pessoas que não eram atletas, militares ou médicos.

Situação similar foi observada por Bruschi *et al.* (2013) em seu estudo sobre a presença feminina no Curso de Educação Física do Espírito Santo e por Begossi, Mazo e Lyra (2019) em seu estudo sobre a ESEF. Begossi, Mazo e Lyra (2019) defendem que, provavelmente, o que atraiu as mulheres ao curso da ESEF foi justamente a identificação de oportunidades em um novo campo profissional que emergia, principalmente após a promulgação da Constituição de 1937 e do Decreto nº 1212 de 1939.

Outra semelhança relevante entre as EEFD e a ESEF foi a de que muitas alunas recém-formadas começaram a lecionar nessas próprias instituições e passaram a demarcar a presença feminina nos cursos de formação em educação

física. Isto pode indicar que, com o passar dos anos, conforme outras alunas eram incorporadas ao quadro de professoras, outras mulheres, ao identificarem referências femininas na educação física, poderiam se sentir incentivadas a seguirem o mesmo caminho:

[...] as mulheres que assumiram posição de “professoras auxiliares” na Esef podem ter se utilizado deste lugar para conquistar certa autonomia profissional, em um ambiente permeado por representações de uma hierarquia que as posicionava em um patamar distinto e menor daquele ocupado pelos homens [...] (Begossi; Mazo; Lyra, 2019, p.15).

Aproxima-se, neste sentido, de uma compreensão sobre a maior presença feminina entre os estudantes da EEFDP ao se analisar o processo histórico de fomento ao ingresso de mulheres nos cursos normais junto à possibilidade de legitimação social que a carreira docente possibilitava.

3.5 TOM DA PELE

Constatou-se que 83,33% dos estudantes foi registrada com a cor “branca”, seguida da cor “morena” com menos de 9%, “morena clara” e “parda” com aproximadamente 2%. Em pouco mais de 3% das fichas de identificação esta informação estava ausente. Foi possível notar também que, a cada ano, as turmas se apresentavam bastante homogêneas quanto ao tom da cutis dos estudantes. No ano de 1954, por exemplo, constatou-se que todos os alunos eram declarados de cor branca, e em outros anos, como 1943, 1947, 1950, e 1953, este valor ultrapassou 90%.

Tal quadro, corresponde às características da população brasileira: na década de 1940 a porcentagem da população de cor branca era de 63,47%; pretos e pardos, 35,84%; amarelos e de cor não declarada, menos de 1% cada (IBGE, 1940). Na década de 1950, manteve-se quase a mesma proporção: população branca, 61,66%; pretos e pardos, 37,50%; amarelos e de cor não declarada, também com menos de 1% cada. Já no estado do Paraná, conforme os censos do IBGE das décadas de 1940 e 1950, observa-se uma menor heterogeneidade quanto ao tom de pele da população: mais de 80% dos habitantes eram declarados brancos, entre 11% e 12% de cor preta e parda e pouco mais de um por cento de cor amarela.

O perfil da população paranaense, à época analisada, estava diretamente ligado às características do processo migratório para o estado que, conforme *Priori et al.* (2012), foi impulsionado, desde o início do século XIX, pela carência de mão de obra e necessidade de ocupação do território. Os imigrantes que chegaram ao Paraná durante o século XIX vinham, em sua grande maioria, de países ou regiões como Alemanha, Espanha, Holanda, Itália, Polônia, Ucrânia, Portugal, Oriente Médio e Japão (*Priori et al.*, 2012).

Conforme Silva (2020), este quadro também foi reflexo de um projeto eugenista engendrado na política do país. A concessão de benefícios como a obtenção de terras a preços reduzidos aos imigrantes europeus (BRASIL, 1890) é um dos exemplos desta política de embranquecimento da população; além das vias legais, como o Decreto 528 de 28 de junho de 1890, a primeira legislação da república que versava

sobre a imigração (Prudente, 2003; Silva, 2020) e regulamentava os incentivos destinados aos imigrantes europeus ao mesmo tempo que proibia a entrada de imigrantes vindos da Ásia e da África (BRASIL, 1890).

Silva (2020) também cita que na década de 1930 as políticas contra a imigração de negros para o Brasil continuaram tendo como pano de fundo o discurso eugenista. Como exemplo, o Decreto Lei 406 de 1938 que determinava o controle por parte do Governo Federal da “[...] entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens” (BRASIL, 1938).

Segundo Prudente (2003), em 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas promoveu uma renovação na política migratória mas manteve os mecanismos de controle sobre quais imigrantes podem ou não entrar no país conforme explícito no Decreto Lei 7.967 de 1945:

Art. 2º - Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional (Brasil, 1945, p. 1).

Reconhece-se, outrossim, que, tendo em vista as políticas eugenistas adotadas no Brasil e apesar da heterogeneidade de etnias vindas para o Paraná, uma das peculiaridades da imigração no estado (Priori *et al*, 2012) era o perfil médio do cidadão paranaense, composto por traços fenotípicos europeus, o que também se refletia no perfil do alunado da EEFDPP que começava a se constituir justamente em um período de efervescência de discursos e práticas de caráter eugênico e higienista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EEFDPP se destacou como uma das primeiras instituições destinadas à formação superior de profissionais de educação física no Brasil. Sua fundação ocorreu em uma época em que o Estado brasileiro enxergava a educação física e a educação em geral como ferramentas cruciais para a execução de um projeto sócio-político. A instituição atraiu então estudantes de diferentes regiões do país, mas majoritariamente do estado do Paraná e da cidade de Curitiba.

Observou-se que o público estudantil da EEFDPP era formado, em sua grande parte, por mulheres jovens, de cor branca. Como reflexo do processo de imigração no estado do Paraná e da adoção de políticas eugenistas de controle migratório pelas autoridades brasileiras no final do século XIX, principalmente durante o Estado Novo, a maioria dos estudantes da EEFDPP possuía traços caracteristicamente europeus. Dentre os estudantes que já possuíam um ofício destacam-se as professoras formadas nas escolas normais, fato que reflete as políticas e o pensamento sobre a formação do magistério no estado, desde o século XIX, que incentivava as mulheres a ingressarem na carreira docente.

Destaca-se que o acesso a um curso de ensino superior como os da EEFDPP, se dava graças ao capital cultural e econômico que os indivíduos acumulavam, que delimitavam a distinção social entre classes e era alcançado por uma parcela muito pequena da população.

Isto também revelava o número restrito de profissionais de educação física que estavam sendo diplomados para suprir uma demanda de uma área profissional que surgia. É importante salientar que, dentre estes profissionais formados pela EEFD, muitos assumiram posições de destaque no meio esportivo e na educação física. Como exemplo, pode-se citar o professor Germano Bayer, aluno e posteriormente professor da EEFD, que também foi diretor-coordenador de educação física no Colégio Estadual do Paraná, fundador do Centro de Educação Física e Desportos da UFPR, entre outros importantes cargos em diferentes instituições (Ordonhes, 2016). Outros nomes também podem ser citados como os das professoras Diva Ruth Muller, Maria de Lourdes Lamas, Judith Eunice Egg e Ivete Luz, formadas na primeira turma da EEFD e que no ano seguinte já assumiram os cargos de professoras assistentes na instituição.

Aponta-se, por fim, a relevância da temática para a compreensão de parte da história da formação de uma área profissional que emergia em nível nacional. Destaca-se, também, a potencialidade do acervo documental do CEMEDEF para realização de outros estudos, no intuito de compreender as trajetórias individuais e coletivas do professorado formado pela EEFD e do percurso histórico da educação física paranaense e brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBIZÚ, F. M. **Relatório apresentado ao Diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde**. Curitiba, 1944. Mimeografado.
- ANDRADE, Alexandro *et al.* Perfil sociodemográfico, socioeconômico e esportivo de tenistas infantojuvenis brasileiros de elite. **Movimento**, v. 24, n. 1, p. 65–76, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.74041>
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.
- BAUER, Caroline Silveira *et al.* **Metodologia da pesquisa em História**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book.
- BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani Lyra. O Curso Normal da ESEF e a formação pioneira de professores(as) de Educação Física no Rio Grande do Sul (1940-1956). **Pro-Posições**, v. 30, p. 1–22, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/issue/view/1620>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Carolina (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 set. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.
- BRASIL. Constituição de 10 de novembro de 1937. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 22359, 10 nov. 1937.

BRASIL. Decreto n.º 406 de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 8494, 6 mai. 1938.

BRASIL. Decreto n.º 528 de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1424, 28 jun. 1890.

BRASIL. Decreto n.º 1.212 de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 9073, 20 abr. 1939.

BRASIL. Decreto n.º 7.967 de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a imigração e colonização e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 15825, 06 out. 1945.

BRASIL. Decreto n.º 9.890 de 7 de julho de 1942. Concede autorização para funcionamento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, com sede em Curitiba. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, p. 353, 11 jan. 1943.

BRUSCHI, Marcela *et al.* Presença feminina na escolarização da educação física no Espírito Santo (1931-1937). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 18; CONICE, 5., 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CBCE. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/anais/tracks/2013/202>. Acesso em: 2 dez. 2023.

CARVALHO, César Machado. **Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação de política de esporte no Brasil**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CHAVES JUNIOR, Sérgio Roberto. **A educação física do ginásio paranaense ao colégio estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)**. 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CORREIO DA MANHÃ (RJ), Curitiba, 3 jan. 1943a, p. 7. Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2023.

CORREIO DA MANHÃ (RJ), Curitiba, 5 jan. 1943b, p. 2. Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2023.

COSTA, Lysimaco Ferreira da. **Bases educativas para a organização da Escola Normal Secundária do Paraná**. Curitiba: Escola Normal Secundaria, 1923.

FERREIRA, António Gomes; VECHIA, Ariclê. A formação de professores no Paraná para qualificar o ensino da escola primária na primeira metade do século XX. **Revista Linhas**, v. 24, n. 54, p. 225-252, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984723824542023225>

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. **A história da educação física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)**. 2016. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa da Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social, na linha de pesquisa de História da Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GALATTI, Larissa Rafaela *et al.* Trajetória no basquetebol e perfil sociodemográfico de atletas brasileiras ao longo da carreira: um estudo com a liga de basquete feminino (LBf). **Movimento**, v. 27, p. e27014, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.106017>

GERHALDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120p.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IBGE. **Recenseamento geral do Brasil: série nacional: volume II**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. **Recenseamento geral do Brasil: série nacional: volume III**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

LYRA, Vanessa Bellani. **A criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)**. 2013. 279 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon. Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: de um modelo nacional ao protagonismo de um modelo estadual. **Educação e Fronteiras On-Line**, v. 6, n. 18, p. 40-52, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5889>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Fortaleza: Ministério da Educação/UAB, 2012. 95 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história**. 1996. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

METZNER, Andreia Cristina; DRIGO, Alexandre Janotta. A trajetória histórica das leis e diretrizes curriculares nacionais para a área de formação em Educação Física. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, p. e154, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e154>

MORO, Vera Luiza; SILVA, Marcelo Moraes. A inserção da cultura física na escola normal do Paraná: da Gymnastica aos primeiros jogos e esportes (1917-1930). **Intermeio**, v. 28, n. 56, p. 61-84, jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.55028/intermeio.v28i56.17680>

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Economia Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 59-87, jan. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>. Acesso em: 25 set. 2023.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SOUSA, Nilvan Laurindo. A escola normal de Curitiba e o pioneirismo de Julia Wanderley. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 42, p. 265-278, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v11i42.8639879>

ORDONHES, Mayara Torres *et al.* A construção da memória em vida: a participação do professor Germano Bayer na história da educação física paranaense. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 377-385, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n48p376>

PARANÁ. Decreto n.º 2.911 de outubro de 1956. Oficializa a estadualização da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, n. 197, 30 out. 1956.

PARANÁ. **Relatório apresentado a S. Excia. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício de 1937 a 1942**. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1942.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná**: (séculos XIX e XX). Maringá: Eduem, 2012. 234 p. E-book. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/k4vrh/pdf/priori-9788576285878.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. A legislação sobre o negro: experiências integradoras que o Brasil já conheceu, uma análise jurídica sobre a exclusão social dos afro-descendentes numa ordem constitucional integradora. *In*: DURHAM, Eunice; BORI, Carolina (org.). **Seminário: O negro no ensino superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior - NUPES, 2003. p. 93-113. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/ca0301.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

SILVA, Karine de Souza. A mão que afaga é a mesma que apedreja: direito, imigração e perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 20-41, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47551/mbote.v1i1.9381>

SILVA, Marcelo; CAPRARO, Andre. O contexto de fundação da escola de educação física e desportos do Paraná: educando corpos para a vida urbana. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 3, p. 623-636, set. 2011. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/717/681>. Acesso em: 18 set. 2023.

Abstract: The Escola de Educação de Educação Física e Desportos do Paraná (EEFDP) was a pioneer in the higher education of physical education professionals in Brazil. It was established during a period when the State viewed education as a crucial tool for a socio-political project. The aim of this study is to analyze aspects that characterize the EEFDP student body, such as: the number of entrants and graduates each year; the states and cities where the students lived; the average age and professional occupation of the students; and the distribution of students by sex and skin tone. This information was extracted from the analyzed documents, with the time frame defined from the EEFDP's first academic year (1943) to its statehood (1956). The adopted methodology was document analysis and descriptive statistics. It was concluded that most students were young, female, white, and possessed cultural capital that enabled access to higher education.

Keywords: Teacher training. Escola de Educação de Educação Física e Desportos do Paraná. Physical education. Higher education.

Resumen: La Escuela de Educación Física y Deportes de Paraná (EEFDP) fue pionera en la formación superior de profesionales de la educación física en Brasil. Su creación se dio en un período en que el Estado veía la educación como un importante instrumento para un proyecto socio-político. El objetivo de este estudio es analizar aspectos que caracterizan al público estudiantil de la EEFDP, tales como: el número de ingresantes y egresados cada año; los estados y ciudades de residencia de los estudiantes; edad promedio y ocupación profesional de los estudiantes; distribución de los estudiantes según el sexo y tono de piel. Esta información se extrajo de los documentos analizados, y el período abarcado fue desde el primer año académico de la EEFDP (1943) hasta su estadualización (1956). La metodología utilizada fue el análisis documental y la estadística descriptiva. Se concluyó que la mayoría de los estudiantes eran jóvenes, mujeres, blancas y poseían un capital cultural que facilitaba el acceso a la educación superior.

Palabras clave: Formación de profesores. Escola de Educação de Educação Física e Desportos do Paraná. Educación Física. Enseñanza superior.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Lucas Leon Peixoto: Conceitualização; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; escrita do projeto original; revisão e edição.

André Mendes Capraro: Recursos; supervisão; validação; revisão e edição.

Bruna Gomes do Amaral: Curadoria de dados, investigação, revisão e edição.

Cindy Kathellen de Souza Barbosa: Curadoria de dados, investigação, revisão e edição

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado sem o apoio de fontes financiadoras.

COMO REFERENCIAR

PEIXOTO, Lucas; CAPRARO, André Mendes; AMARAL, Bruna Gomes; BARBOSA, Cindy K. de Souza. Caracterização dos primeiros profissionais formados na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (1943-1956).

Movimento, v. 30, p. e30035, jan./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.138224>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Alex Branco Fraga*, Elisandro Schultz Wittizorecki*, Mauro Myskiw*, Raquel da Silveira*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.